

Editorial

Shows e abusos

Ante sucessivas ocorrências lamentáveis envolvendo a contratação de artistas de expressão nacional por prefeituras do interior amazense, com dispensa de licitação, será íbvio que a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam), em sintonia com o Poder Judiciário, adote providências para coibir de vez a farra com o dinheiro público que alguns gestores municipais insistem em realizar.

O recente cancelamento do show do cantor Tierry, pela empresa Work Show, responsável por um evento na cidade de Itapiranga, no Baixo Amazonas, mostrou, de novo, que o problema é recorrente e desafiador aos órgãos de controle.

Conforme a juíza titular da Vara Única da Comarca de Itapiranga Tânia Mara Granito, a contratação de Tierry era irregular, pois não contemplava o processo licitatório por parte da Prefeitura Municipal.

A decisão da magistrada, que atendia a pedido de Tutela de Urgência em Ação Civil Pública do MP-AM, acabaria derrubada de forma monocrática no Tribunal de Justiça do Amazonas (Tjam), mas a Work Show, temendo um desfecho judicial imprevisível, resolveu cancelar o show de R\$ 180 mil.

Sabe-se que pelo mesmo mau exemplo de Itapiranga, a Prefeitura de Tabatinga também está na alça de mira do Tribunal de Contas do Amazonas (TCE-AM), que suspeita de irregularidades na contratação, com dispensa de licitação, de artistas para o 6º Festival das Tribos do Alto Solimões (Festisol), programado para acontecer entre os dias 25 a 28 de agosto deste ano. O cantor Wesley Safadão receberia um cachê da ordem de R\$ 700 mil. Outros maus exemplos se repetirão se a Aleam não ajudar o Poder Judiciário a dar um basta nesse absurdo.

Cláudio Humberto

Com André Brito e Tiago Vasconcelos



DIVULGAÇÃO



"Se não tiver fraude, acho até que dá Bolsonaro no 1º turno"

Deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) otimista com as viagens do pai pelo País

Lacração segue cometendo crimes impunemente

A legislação é clara ao proibir discriminação e preconceito por raça, cor, etnia, religião etc. Prevendo de dois a cinco anos de prisão a quem comete o crime. Ambiente lacratório e precedentes impunes levaram a Ânima Educação a abrir processo para contratação de novos professores com apenas dois pré-requisitos: título de mestre e cor preta declarada, excluindo sumariamente brancos, asiáticos e indígenas, por exemplo.



Carlos Santiago

Advogado, sociólogo e cientista político

Carta à Vitória

Num universo infinito, num mundo de incertezas e numa vida de acasos, caminho repleto de obstáculos, barreiras,

quais os piores governantes, mas tenho dúvidas. Falta-me justificar guerras pela paz, mas não consigo.